

Derrota de PSD e CDS - Vitória da luta dos trabalhadores e do povo

Passaram 100 dias sobre a condenação imposta nas eleições de 4 de Outubro a PSD e CDS. Cem dias sobre uma inequívoca condenação dos trabalhadores e do povo português não apenas ao governo da coligação mas também da sua política. Cem dias nos quais se confirmou a derrota definitiva de Passos Coelho e Paulo Portas. E que permitiram também, como o PCP sempre afirmou, abrir caminho a uma solução política que possa assegurar a inversão de rumo de desastre e exploração dos últimos anos.

Sempre com os trabalhadores e o povo

Por iniciativa do PCP está aberta uma nova fase na vida política nacional. A posição conjunta subscrita por PCP e PS, num quadro em que foram igualmente subscritas posições conjuntas do PS com o PEV e com o BE, constitui uma base para criar condições para dar resposta a problemas e aspirações mais imediatas dos trabalhadores e do povo. É com esse objectivo de garantir a devolução de salários e direitos, repor rendimentos roubados, devolver o direito à saúde e à educação que o PCP intervirá. Sempre no respeito pelos seus compromissos com os trabalhadores e o povo, honrando a palavra dada.



SETE RAZÕES
PARA VOTAR
EDGAR SILVA

TRAVAR O PASSO
A PSD E CDS
DERROTAR MARCELO
REBELO DE SOUSA

Um caminho de avanços e conquistas que importa consolidar

- ➔ Com a acção do PCP e a luta dos trabalhadores e do povo, PSD e CDS-PP foram afastados do governo.
- ➔ Foi travada a privatização/concessão das empresas de transportes terrestres de passageiros e devolvido aos trabalhadores dos transportes, em particular aos ferroviários e suas famílias, o direito ao transporte que lhes tinha sido roubado.
- ➔ Foi aprovado que em Outubro de 2016 deixam de ser aplicados cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado. Isto só não foi possível a partir do início do ano, porque o BE se absteve e o PS se juntou ao PSD e ao CDS-PP no voto contra a proposta do PCP.
- ➔ Foi aberto o caminho para a alteração do regime de protecção na invalidez.
- ➔ Foi assegurada a redução da sobretaxa do IRS, não integralmente, como defendeu o PCP, mas introduzindo a progressividade e apontando para a sua eliminação em 2017.
- ➔ Foram revogadas medidas lesivas da dignidade dos professores e eliminados os exames do quarto ano de escolaridade.
- ➔ Foi reposto o direito das mulheres à IVG sem pressões nem condicionamentos.
- ➔ Iniciou-se a reposição dos quatro feriados retirados.
- ➔ Está aberta a perspectiva da reposição dos complementos de reforma roubados aos trabalhadores das empresas do Sector Empresarial do Estado, designadamente do Metro e da Carris.
- ➔ Iniciou-se o processo para a reposição do horário de trabalho das 35 horas na Administração Pública.
- ➔ Foi possível abrir um caminho de aumento do Salário Mínimo Nacional, fixando-o em 530 euros, valor manifestamente insuficiente e aquém da necessária proposta defendida pelo PCP de o fixar em 600 euros.
- ➔ Foram dados passos no sentido da alteração das regras dos contratos de comunicações electrónicas.
- ➔ Iniciou-se a eliminação das penhoras e hipotecas da habitação em execuções fiscais.
- ➔ Foram dados passos para a proibição dos bancos alterarem unilateralmente as taxas de juro.

Estão conseguidos avanços na recuperação de direitos roubados que, mesmo parciais são um passo significativo na inversão do rumo de exploração, empobrecimento e declínio nacional.

O PCP está e estará empenhado num caminho de intervenção e luta pelo progresso social e o desenvolvimento.



Organização, mobilização e luta, por novos avanços nas condições de vida dos trabalhadores e do povo

Os trabalhadores, as populações, a juventude com a sua luta alteraram o quadro político, derrotaram o governo PSD/CDS e abriram caminho para a derrota da sua política. Será com a sua organização, unidade e a continuação da sua luta que será possível determinar a evolução positiva da

actual situação. O momento não é de agora ficar à espera do governo do PS, ou da Assembleia da República, mas sim de alargar a luta, potenciando as novas e favoráveis condições para melhorar a vida dos trabalhadores e das populações. É preciso recuperar

o que foi roubado, é preciso canalizar as expectativas existentes para a mobilização e exigência da resolução dos problemas concretos.

Uma luta que valeu a pena, uma luta que vale a pena!

Foi a intensa luta dos trabalhadores que

criou condições para a reposição das concessões aos trabalhadores dos transportes, para a reposição das 35h de trabalho e dos salários na Administração Pública, para o aumento, ainda que insuficiente, do salário mínimo e para a recuperação dos 4 feriados roubados.

Foi a luta que constituiu a marca destes 100 dias, que não ficou nem ficou à espera, contra os despedimentos, pelo pagamento e aumento de salários, pela contratação colectiva, pelos direitos. Foi, é e será a luta que criará condições para alterações positivas da legislação de trabalho

e outros avanços para largos sectores sociais e para as populações, em defesa dos serviços públicos e da qualidade de vida, para travar e dar combate ao que ponha em causa os seus direitos e interesses, para garantir a defesa, conquista e consagração de direitos.

Em defesa dos trabalhadores da Administração Pública

O PCP propôs a reposição integral dos salários dos trabalhadores da Administração Pública a partir de 1 de Janeiro, eliminando os cortes que vigoraram até Dezembro de 2015. Simultaneamente, admitindo que o pagamento por inteiro não fosse possível em 1 de Janeiro, por vigorar um regime de duodécimos até à entrada em vigor do Orçamento do Estado, o PCP propôs a possibilidade do Governo proceder ao pagamento de retroactivos, a partir do momento



em que o Orçamento do Estado de 2016 fosse aprovado. Mas PSD, CDS e PS votaram contra e o BE absteve-se. Convicto de que a proposta apresentada é aquela que melhor serve os interesses dos trabalhadores, o PCP entendeu entretanto viabilizar a elimi-

nação faseada dos cortes dos salários até Outubro de 2016, evitando pretextos que mantivessem as remunerações dos trabalhadores da Administração Pública com os mesmos cortes que vigoraram até Dezembro de 2015.

O PCP apresentou já na Assembleia da Republica:

- ▶ a proposta de reposição das 35 horas de trabalho na Administração Pública, com esta iniciativa está aberto o caminho para a sua reposição;
- ▶ a proposta de revogação da Lei da requalificação/mobilidade especial na Administração Pública, com esta proposta está aberto o caminho para pôr fim ao roubo nos salários e aos despedimentos encapotados.

O PCP lutará sempre com os trabalhadores, assumindo o compromisso de continuar a intervir em defesa dos seus interesses.

O PCP cumpre e cumprirá os compromissos com os trabalhadores e o povo

O PCP prosseguirá a iniciativa, designadamente na Assembleia da República, para, entre outros aspectos, promover:

- o aumento da produção nacional e a criação de emprego;
- a valorização dos salários e o aumento do poder de compra;
- a reposição integral de vencimentos, subsídios, pensões e complementos retirados aos trabalhadores;
- o combate à desregulação dos horários de trabalho e para assegurar a redução progressiva para as 35 horas semanais para todos os trabalhadores;
- a adopção do programa nacional de combate à precariedade e ao trabalho ilegal, nomeadamente contra o abuso de contratos a termo, os falsos recibos verdes, o trabalho temporário e as medidas de emprego para substituição de trabalhadores, como os contratos emprego-inserção;
- a defesa e valorização da contratação colectiva e dos direitos que consagra, eliminando designadamente a caducidade e repondo o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;
- a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho e da legislação laboral da Administração Pública;
- a melhoria das condições de trabalho;
- a melhoria da protecção aos desempregados.

O PCP intervirá para responder aos problemas e aspirações dos micro, pequenos e médios empresários, dos pequenos e médios agricultores, dos jovens, das crianças, dos reformados e pensionistas, das pessoas com deficiência e para a defesa e valorização do Serviço Nacional de Saúde, da Escola Pública, da Segurança Social, da cultura, da habitação, dos transportes e mobilidade.

A política patriótica e de esquerda de que Portugal precisa

O novo quadro político abre novas perspectivas e possibilidades mas transporta também limitações e novas exigências.

Não estamos perante um governo de esquerda. O governo em funções é um governo do PS, com o seu programa e as suas opções estruturantes. Não estamos perante uma maioria de esquerda. Estamos, sim, num quadro em que existe na Assembleia da República uma maioria de deputados que constitui condição suficiente, se essa for a vontade política de todos, para assegurar a resposta a direitos e aspirações e para garantir um sinal de mudança na vida política.

Hoje, como sempre, é e será a intervenção e a luta dos trabalhadores e do povo que pode garantir a satisfação dos seus direitos e reclamações. A evolução da situação do País revela a importância decisiva do reforço do PCP e da sua influência política.

Quanto mais forte for o PCP, mais força terá a defesa e afirmação dos direitos dos trabalhadores e do povo, mais próxima e possível fica a construção de uma política patriótica e de esquerda.

A possibilidade agora aberta de dar passos, limitados mas nem por isso pouco importantes, de adoptar uma trajectória que inverta o rumo de declínio imposto nos últimos quatro anos, não pode nem deve ser desperdiçada.

Embora com a plena consciência de que ela não torna menos indispensável a ruptura com o poder do capital monopolista e os constrangimentos decorrentes da integração capitalista na União Europeia, nem menos urgente a concretização de uma política patriótica e de esquerda.

Uma política que se baseie em seis opções fundamentais:

- A renegociação da dívida nos seus montantes, juros, prazos e condições de pagamento, rejeitando a sua parte ilegítima;
- a defesa e o aumento da produção nacional, a recuperação para o Estado do sector financeiro e de outras empresas e sectores estratégicos;
- a valorização efectiva dos salários e pensões e o explícito compromisso de reposição dos salários, rendimentos e direitos roubados, incluindo nas prestações sociais;
- a opção por uma política orçamental de combate ao despesismo, à despesa sumptuária, baseada numa componente fiscal de aumento da tributação dos dividendos e lucros do grande capital e de alívio dos trabalhadores e das micro, pequenas e médias empresas;
- uma política de defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular nas funções sociais do Estado - Serviço Nacional de Saúde, Escola Pública e Segurança Social;
- a assumpção de uma política soberana e a afirmação do primado dos interesses nacionais.



PCP defende o aumento do Salário Mínimo Nacional

O aumento do salário mínimo nacional para 530 euros a partir de Janeiro é um passo na sua valorização, mas é claramente insuficiente. A proposta do PCP do aumento do salário mínimo nacional para 600 euros a partir do início deste ano é inteiramente justificada.

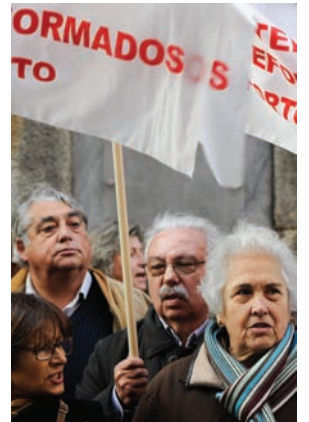
Não se pode adiar a fixação desse valor para 2019. O aumento do Salário Mínimo Nacional não pode ser pretexto para excepções no cumprimento dos compromissos das entidades patronais com a Segurança Social. O acordo subscrito entre o governo, associações patronais e UGT, que permite uma redução de 0,75% nos descontos patronais para a Segurança Social relativamente ao que as empresas tinham que pagar sobre os salários até aos 530 euros, é profundamente criticável. Fragiliza as receitas da Segurança Social e é um incentivo aos baixos salários.

PCP defende um aumento do valor real das reformas e pensões

É urgente elevar os rendimentos dos reformados, pensionistas e idosos, depois do congelamento da grande maioria das pensões pelo governo PSD/CDS.

O descongelamento das pensões, ao fim de seis anos, tem de ser acompanhado pelo aumento efectivo do seu valor. O Governo PS decidiu valores muito insuficientes para as pensões até 628,82€ e para os restantes reformados, mais uma vez, não há qualquer actualização. O aumento dos valores do Complemento

Solidário é positivo, mas não pode continuar a desvalorização do direito à actualização anual das reformas e pensões. Estas medidas do Governo PS estão muito longe de romper com a política de exploração e empobrecimento imposta aos reformados e pensionistas. O combate à pobreza dos idosos deve passar pelo alargamento do universo de beneficiários, pela elevação do montante das prestações sociais e também pela valorização das pensões



da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações. Honrando os seus compromissos, o PCP apresentará propostas visando a reposição do poder de compra e a elevação das pensões mais baixas, num quadro de revalorização do conjunto das pensões.



Implosão do Banif - um crime económico que custará ao País e aos portugueses mais de 3000 milhões de euros

Os sucessivos alertas do PCP, desde 2012, para a situação do banco e das posições do Estado no capital e no empréstimo em capital contingente, eram inteiramente justificados.

PSD e CDS são directamente responsáveis pela perda de 825 milhões de euros do empréstimo de 1100 milhões de euros que o anterior governo colocou no Banif, pois permitiram que um banco detido em mais de 60% pelo Estado fosse integralmente controlado por outros interesses. Passos Coelho mentiu aos portugueses quando afirmou na Assembleia da República que este era um bom negócio para o Estado.

Uma vez mais, o sistema de regulação e supervisão, por incapacidade intrínseca e por opções políticas, revela-se como um verdadeiro embuste, incapaz de impedir os sucessivos colapsos financeiros, que do BPN, ao BES e ao Banif, já custaram ao Estado, nos últimos sete anos, cerca de 20 mil milhões de euros.

O PCP defende a integração da actividade bancária do BANIF no sistema público bancário e a urgente criação de uma Comissão de Inquérito para apurar as responsabilidades por esta situação.

O PCP opôs-se a um desfecho para o BANIF que se traduz em mais uma factura de mais de três mil milhões de euros, passada aos trabalhadores e ao povo pela falência do banco.

O PCP rejeita a canalização de recursos públicos para instituições bancárias sem que isso permita o controlo público, que contribua para a solidez das instituições e da sua gestão ao serviço dos interesses nacionais. Por isso o PCP votou contra o Orçamento Rectificativo da operação Banif decidida pelo Governo.

Não sendo o controlo público, por si só, a solução para todos os problemas da banca, é hoje mais evidente que nunca que só este permite soluções que contribuam para a solidez das instituições financeiras e da sua gestão ao serviço dos interesses da economia nacional, das famílias e do País.

PRESIDENCIAIS 2016

EDGAR SILVA

Um homem justo para Presidente

Com as eleições de 24 de Janeiro fechar-se-á um ciclo na Presidência da República marcado pela submissão e subordinação do País. É necessário assegurar que esse rumo indigno não se prolongue, que a vinculação do Presidente da República à natureza anti-patriótica da política de direita seja interrompida, que PSD e CDS e o que eles representam não regressem pela acção de um próximo Presidente, com uma postura de afrontamento à Constituição e à democracia.

É muito importante que o novo quadro político, aberto com as eleições de 4 de Outubro, possa contar com um Presidente que cumpra e faça cumprir a Constituição da República e afirme os valores de Abril.

São esses os vectores essenciais da candidatura de Edgar Silva, que confia na força e capacidades dos trabalhadores e do povo e assume como prioridade contribuir para um outro rumo para o País, de valorização do trabalho e das condições de vida do povo, de desenvolvimento económico, progresso social e soberania nacional.

Sete razões para votar Edgar Silva

A candidatura de esquerda.

O candidato que, pela sua intervenção e pelo projecto colectivo que assume, pode denunciar com toda a autoridade e coerência a política de direita e os seus promotores.

A candidatura dos trabalhadores.

O candidato que dá plena expressão à valorização dos trabalhadores, dos seus salários e direitos, que dá combate à precariedade, à desregulação dos horários de trabalho, ao desemprego.

A candidatura da soberania e independência nacionais.

O candidato que opta por Portugal e pelos portugueses e enfrenta as imposições e a ingerência externa, que afirma o direito ao desenvolvimento soberano do País, livre dos constrangimentos da União Europeia, do Euro e da dívida.

A candidatura que toma partido.

O candidato que, com dignidade, assume e não esconde a sua origem e o seu posicionamento, que honra os seus compromissos com os trabalhadores e o povo.

A candidatura de combate às injustiças sociais.

O candidato que não se limita a denunciar em palavras a pobreza, as injustiças e a exploração, mas que evidencia e combate as verdadeiras razões que estão na sua origem.

A candidatura que dá combate à corrupção.

O candidato que com toda a clareza aponta as verdadeiras causas que estão na origem da corrupção - a promiscuidade entre poder político e económico e o domínio do grande capital sobre a vida nacional.

A candidatura que conta para derrotar o candidato de PSD e CDS.

Edgar Silva é o candidato que com confiança afirma a possibilidade e necessidade de derrotar Marcelo Rebelo de Sousa e que denuncia os projectos de PSD e CDS para tentarem recuperar, com a eleição para Presidente da República, a imposição ao País da política de exploração, empobrecimento e declínio nacional, a que o povo disse **Não** em Outubro passado.

Dia 24 Janeiro

Vote

Edgar Freitas Gomes da Silva

Travar o passo a PSD e CDS Derrotar Marcelo Rebelo de Sousa

A candidatura de Marcelo Rebelo de Sousa é a candidatura do PSD/CDS, que conta com o apoio e o voto de Passos Coelho, Paulo Portas e Cavaco Silva.

Marcelo ocupou importantes posições, foi deputado, eleito autárquico, Secretário de Estado e Ministro do PSD, Conselheiro de Estado escolhido por Cavaco e foi Presidente do PSD.

Marcelo é um dos maiores responsáveis da política de direita de quase 40 anos. Apoiou a troika, o roubo aos trabalhadores e reformados, a injustiça social e o empobrecimento, o ataque a direitos e serviços públicos, o declínio e a submissão do País. Hoje, diz-se "independente" e "imparcial", procurando enganar os eleitores, mas foi ele que afirmou que apoia "sempre" o PSD, "mesmo quando não parece".

A comunicação social dominante e o poder económico e financeiro promovem a sua candidatura. Marcelo está e estará ao serviço dos grandes interesses, por isso goza de apoios e facilidades e finge até que não está em campanha eleitoral. Se viesse a ser Presidente continuaria a promover uma política de confronto com o Portugal de Abril e a favorecer os projectos de PSD e CDS, que o povo recusou em 4 de Outubro.

As ditas "sondagens", que dão a vitória de Marcelo como inevitável, visam condicionar o voto e impor a resignação, mas é possível e necessário derrotar o candidato do PSD/CDS.

Atenção!

Dia 24 não misture o seu voto com Passos Coelho, Paulo Portas e Cavaco Silva.



A candidatura de Edgar Silva assume o projecto de afirmar Abril e cumprir a Constituição. Cada voto em Edgar Silva é um voto decisivo para derrotar Marcelo Rebelo de Sousa e abrir caminho a um Portugal soberano e desenvolvido.



**AFIRMAR ABRIL
CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO**

EDGARSILVA2016.PT

